



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Intervenção final Plano e Orçamento – deputada Zuraida Soares

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora(s) e Senhores Membros do Governo

Assim como os chamados mercados internacionais, os quais, de forma agiota, atacam sem piedade o nosso País, têm nome (pois são, no seu núcleo duro, os bancos alemães e franceses), também, em Portugal, os agiotas do nosso dinheiro o têm:

Eis alguns exemplos:

Ricardo Salgado – 80,5 milhões

Pedro Queiroz Pereira – 66,8 milhões

Alexandre Soares dos Santos – 63,5 milhões

Vasco de Mello – 57 milhões

Américo Amorim – 38,7 milhões

Belmiro de Azevedo – 35,5 milhões

Tudo isto dinheiro ganho na Bolsa e que não vai pagar um cêntimo de impostos, nem mesmo em 2011.

Estes exemplos são uma pequena amostra, à qual poderíamos juntar o escândalo das mais valias da PT, no negócio da VIVO e, por via disso, os dividendos extraordinários pagos aos accionistas - mil e duzentos milhões de euros, sem impostos -, ou seja, exactamente o mesmo montante que o Governo da República pretende alcançar com



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



os cortes salariais. O mesmo Governo que, ainda ontem, recusou uma proposta que pretendia aplicar às mais-valias o aumento do IRS (1,5%) a que todos ficámos sujeitos. Neste caso concreto, foi o PSD a impor ao Governo da República o chumbo desta proposta, em nome do acordo de cavalheiros celebrado entre ambos. Mais palavras para quê? É este o Orçamento de austeridade do Partido Socialista, tão convictamente defendido e justificado, nesta Câmara, pelo PS/Açores.

O cerne do problema do deficit orçamental está aqui, Senhoras e Senhores Deputados. Não está nos salários, não está nas pensões, não está nos apoios sociais, não está nos impostos para quem trabalha. Está, isso sim, na impunidade dos ‘malandros’ que não são – não senhor! -, nem os desempregados, nem os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (por muito que PSD, CDS e, agora, também o PS, se recusem a reconhecê-lo).

E este não é, definitivamente, o caminho do Bloco de Esquerda. Nem na República, nem na Madeira, nem nos Açores. Nós defendemos uma política global que não muda, conforme a geo-referência ou a tática política do momento. As propostas que apresentamos perseguem, independentemente da localização geográfica, os mesmos objectivos: justiça fiscal, cortes nos gastos supérfluos e a defesa de uma economia posta ao serviço das pessoas, sobretudo, as de menores recursos.

E o País é, também, os Açores. A crise social, hoje, instalada na nossa Região, só pode agravar-se, de forma preocupante, com o Orçamento de Estado negociado entre o PS e o PSD.

E porque está ciente disto, o Governo Regional apresenta, no Plano e Orçamento que, ora, temos em mãos, algumas ‘almofadinhas’ para minorar os efeitos catastróficos daquilo que aprovaram na República (de forma tão entusiástica), defendem nesta Assembleia (com grande orgulho), mas lá vão ‘almofadando’, com críticas pontuais. Quanto a coerência política, está tudo dito...



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Orgulho e entusiasmo com um Orçamento de Estado que tanto penaliza, directa e indirectamente, as populações açorianas, é algo que ninguém perceberá.

Porque, Senhoras e Senhores Deputados, falamos de pessoas, não de sacos de cimento; falamos dos índices sociais que se agravaram durante este ano e do grande risco do seu aprofundamento ser, neste contexto, particularmente aflitivo.

O combate ao desemprego deveria ser para o Governo Regional 'a menina dos seus olhos'. Mas o que vemos, em sede de Plano e Orçamento para 2011, são as mesmas medidas que, há um ano atrás, o PS/Açores aprovou. Se, durante este ano, assistimos a uma ténue recuperação económica, na Região e, mesmo assim, o desemprego não diminuiu (antes, aumentou), podemos antever a dureza do próximo ano. Como é possível, então, manter as mesmas receitas?

Está provado que um programa sério de requalificação habitacional é o modo mais eficaz e rápido de combate ao desemprego, quer de forma directa, quer de forma indirecta. Contudo, a verba orçamentada para este desiderato é a mesma do ano passado. O combate ao desemprego tem que ser uma prioridade absoluta, não pode ser um acto de contrição.

Na Educação – outra prioridade máxima -, como é possível deixar na precariedade, centenas de professores/as, exactamente, numa área decisiva para o nosso desenvolvimento? Como pode o Governo Regional propor-se dar um combate sem tréguas à precariedade laboral – intenção que aplaudimos, aqui, sim, entusiasticamente -, ao mesmo tempo que usa e abusa dela, na sua própria casa?

Na Saúde, as listas de espera são o quotidiano dos Açorianos e das Açorianas. A falta de médicos de família é gritante, com o inevitável padecer de quem deles precisa mas, continuamos à espera de medidas sérias e arrojadas, nesta área.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Nos transportes (terrestres e aéreos), se fizermos um estudo comparado, o preço destes, nos Açores, devem ser os mais caros, no mundo, em relação ao de poder de compra.

O Governo Regional comprometeu-se a apresentar um plano integrado de transportes, que conjugasse a coordenação entre todos eles. Passado um ano, nada. O direito à mobilidade, nos Açores, além de um quebra-cabeças, é um luxo.

O crime que mais mortes causa, na nossa Região, é a violência doméstica. A gravidez precoce atinge níveis alarmantes; ambas são dramas que exigem um combate, também este, sem tréguas, não se compadecendo com a continuidade das políticas vigentes. É necessário romper com o conservadorismo dominante. Mas o Governo Regional ainda não assumiu esta urgência.

Outro combate sem tréguas, ainda por iniciar, na Região, é o combate ao flagelo da toxicod dependência, na qual se inclui - não o esqueçamos -, os altíssimos índices de alcoolismo. Não o enfrentar, com determinação e permanência, é mais um contributo para hipotecar o presente e o futuro de muitos dos nossos jovens.

O rigor e a transparência que o Governo Regional tanto invocam continuam por demonstrar, seja nas permanentes (quando não, escondidas) derrapagens das obras públicas, seja nas parcerias público-privadas (cujos contratos são secretos), seja nas obras de reparação do aeroporto do Pico (ainda não explicadas), seja nas obras para amigos (como a Fajã do Calhau). Rigor e transparência onde, afinal?

Em suma, a continuação das políticas seguidas – e que este Plano e Orçamento consubstanciam -, não atacam os verdadeiros problemas com que os Açorianos e Açorianas se debatem, nos dias difíceis que se vivem.

E a cereja em cima do bolo aí está: este Plano e Orçamento, em linha com o Orçamento da República, comete um ataque grave ao Estado de Direito, ao cortar,



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



unilateralmente, os salários dos/as trabalhadores/as do Estado e empresas por ele tuteladas e esta é uma ilegalidade, com a qual não podemos pactuar.

Como se outras razões não existissem, estas permitem-nos afirmar, desde já, que este Plano e Orçamento não corresponde, nem às nossas expectativas, nem às nossas prioridades e, menos ainda, ao caminho alternativo em que o Bloco de Esquerda/Açores acredita.